

Direitos Humanos, energia nuclear e cooperação militar nos anos 1970: as relações entre o Brasil e os Estados Unidos

EDSON JOSÉ PEROSA JUNIOR*

Resumo: Na segunda metade dos anos 1970, a política de não proliferação nuclear dos EUA sofreu significativas mudanças. Da mesma maneira, a agenda de Direitos Humanos se tornou um tema prioritário nas relações do governo estadunidense com outros países. Esses foram dois temas que abalaram as relações entre Brasil e Estados Unidos e que tiveram implicações para a denúncia do acordo militar entre esses mesmos países. O objetivo do presente artigo é explorar o impacto dessas questões nas relações bilaterais entre Brasília e Washington, bem como as implicações para a política interna desses países. Preza-se também por demonstrar as diferenças de postura nessas questões entre o governo Ford e o governo Carter.

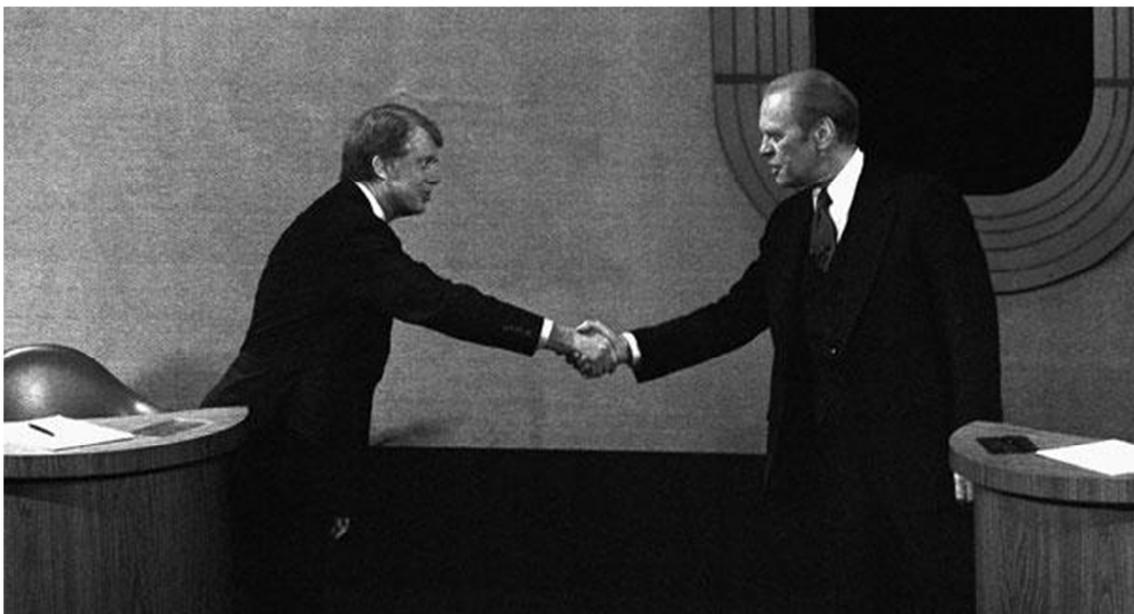
Palavras-chave: Pragmatismo Responsável; Política Nuclear; Kissinger; Ditadura Militar; Guerra Fria.

Abstract: In the second half of the 1970s, the US non-proliferation policy suffered severe changes. In the same manner, the Human Rights agenda became a top priority issue in the US relation with other countries. These were two fundamental issues that affected the relationship between Brazil and the US and that had implication for the denunciation of the military agreement between these two countries. The objective of this article is to explore the impact of these issues for bilateral relations between Brasília and Washington, as well as the internal political implications for these countries. We aim to demonstrate the differences of posture on these issues in the Ford and the Carter administration.

Key words: Responsible Pragmatism; Nuclear Policy; Kissinger; Military Dictatorship; Cold War.



* **EDSON JOSÉ PEROSA JUNIOR** é Mestre em História Comparada pela UFRJ. Doutorando em História Social pela UFRJ.



Carter e Ford se cumprimentam no terceiro debate presidencial em 1976.

Fonte: <http://www.politico.com/gallery/2012/09/10-great-debate-moments/000450-006123.html>

1. Introdução

O enfoque deste artigo se dá nas vicissitudes do posicionamento do governo estadunidense nas questões nuclear e de Direitos Humanos no relacionamento com o Brasil entre o governo republicano de Gerald Ford (1974-1977) e o governo democrata de Jimmy Carter (1977-1981) e sua influência na denúncia do acordo militar entre os dois países. Buscando traçar semelhanças e diferenças na forma como esses governos pressionaram o governo brasileiro para que modificasse e/ou renunciasse ao Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental¹ e, no caso específico do governo Carter, para que cessasse com a tortura de presos políticos e respeitasse os Direitos Humanos.

A questão dos Direitos Humanos e a questão nuclear eram dois dos temas

mais sensíveis na agenda bilateral entre Washington e Brasília ao longo da segunda metade dos anos 1970. Em 1970 o Brasil e a Grécia eram os dois países símbolos de violação de Direitos Humanos, muitas revistas e jornais estadunidenses denunciavam a prática de tortura do Brasil (GREEN, 2009, p. 209-210).

O governo Ford, seguindo em boa medida as diretrizes da Política Externa de seu antecessor Nixon, adotou, inicialmente, uma política de certa tolerância e distanciamento com as acusações de tortura praticadas por agentes do Regime Militar brasileiro. Da mesma maneira, o governo do republicano não adotava uma postura de enfrentamento e persuasão contra o programa nuclear brasileiro; apenas após o teste nuclear indiano de 1974 é que seu governo passou a adotar uma postura mais dura em relação às ambições nucleares brasileiras.

Seu sucessor Jimmy Carter, por contraste, adotou uma postura mais dura contra países aliados dos Estados

¹ Para um relato detalhado das relações Brasil-Alemanha durante o regime militar e a assinatura do Acordo Nuclear em 1975, ver Christian Lohbauer (2000).

Unidos, como o Brasil, mas que era denunciado por abusos em Direitos Humanos. Da mesma maneira, sua política de não-proliferação nuclear pressionou o Brasil para que suspendesse ou ab-rogasse o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental. Esses foram dois temas que desagradavam profundamente o governo Brasileiro e que eram vistos pelo governo Geisel como uma ingerência em assuntos internos (Direitos Humanos) e externos (acordo nuclear com a Alemanha Ocidental) do Brasil.

Mesmo antes da eleição de Carter, quando este era ainda candidato à presidência em 1976, telegramas da embaixada brasileira em Washington já demonstravam a preocupação com o discurso moralista e de defesa dos Direitos Humanos do candidato democrata. Também lançava dúvidas sobre a capacidade de o candidato democrata pôr em prática o seu discurso caso chegasse à presidência.

Em 1964 e nos anos subsequentes houve praticamente um consenso em termos de apoio ao golpe civil-militar² brasileiro na imprensa, no Congresso e na opinião pública estadunidense. Foi de forma gradual que, principalmente, depois de 1968 (devido em grande parte ao AI-5), surgiu um movimento de denúncia dos crimes da ditadura militar brasileira nos EUA (GREEN, 2009, p. 86). O AI-5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968 pelo Presidente Costa e Silva. Esse Ato fechou o Congresso Nacional por quase um ano e anulou o direito ao Habeas Corpus, inaugurando o período mais

truculento do regime militar (SKIDMORE, 1988, p. 82).

Dessa maneira, é importante analisar como os governos republicanos de Nixon/Ford e do democrata Carter trataram de forma distinta a questão dos Direitos Humanos e a pressão a países como o Brasil nesse tema. O governo Ford não pressionou o governo brasileiro na questão dos Direitos Humanos, ainda que já houvesse muitas vozes na sociedade estadunidense clamando por medidas contra o regime militar brasileiro. De forma distinta, o governo Carter trouxe para a pauta principal da Política Externa estadunidense o tema dos Direitos Humanos.

Outro tema delicado na relação entre os dois países foi o Acordo Nuclear firmado entre o Brasil e a Alemanha Ocidental em 1975. Os EUA temiam que o Brasil viesse a desenvolver armas nucleares e o governo Ford acompanhou com apreensão a assinatura do acordo e pressionou de forma protocolar para que o Brasil ou a República Federal da Alemanha (RFA) anulasse ou modificasse o acordo (BARRETO, 2006, p. 261).

Quando Carter assumiu a presidência, a pressão em torno do acordo se tornou mais incisiva e evidente e juntamente com a pressão em torno dos Direitos Humanos, levou a uma crise diplomática entre os dois países no ano de 1977. A denúncia pelo Brasil de forma unilateral do acordo de cooperação militar com os EUA marcou o ponto mais baixo nas relações entre os dois países ao longo de todo o regime militar (GREEN in: MUNHOZ; SILVA, 2011, p. 260).

Novamente a questão que se apresenta é a diferença na forma de pressionar o Brasil no governo Ford e no governo Carter. Como Barreto (2006, p. 259)

² Esse autor concorda com o uso desse termo, pois ele destaca a intensa participação de civis, mormente empresários e políticos, na deflagração do golpe. Para mais informações sobre as controvérsias do uso desse termo, ver Demian Melo (2012).

expõe, as relações com os EUA se desenvolveram de forma fluída durante o governo Nixon, de forma correta durante o governo Ford e sofreram forte abalo durante o governo Carter.

2. Os Governos Ford e Carter: a relação com o Brasil

O general Ernesto Geisel foi o quarto general-presidente a assumir a presidência em março 1974 em um contexto de desaceleração do crescimento econômico (devido ao primeiro choque do petróleo em 1973) e com um projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, como o próprio Geisel definia (D’ARAÚJO; CASTRO, 2002, p.8).

O Pragmatismo Responsável, como ficou conhecida a Política Externa do governo Geisel, objetivava alavancar o Brasil a uma melhor posição dentro do mundo ocidental, onde os Estados Unidos eram a potência dominante. Azeredo da Silveira, que fora escolhido por Geisel para ser o novo Chanceler, acreditava que o Brasil era um país *insatelitizável*, devido ao próprio tamanho e importância geopolítica do Brasil. (SPEKTOR, 2010, p. 10). Geisel queria mais espaço de manobra e não considerava os Estados Unidos como aliado indispensável para o Brasil, o Chanceler Azeredo da Silveira, compartilhava dessa mesma opinião (SKIDMORE, 1988, p. 192). Essa nova postura internacional do Brasil, é de fundamental importância para compreendermos as relações Brasil-EUA e os atritos entre os dois países, especialmente durante o governo Carter.

As relações do Brasil com os EUA sempre foram de primeira importância para o regime militar, já que os EUA eram o principal parceiro comercial e o Brasil dependia dos EUA em diversos setores, como tecnologias e

armamentos. Isso não significa, contudo, que as relações entre os dois países fossem perfeitamente harmônicas e isso ficou evidente em vários momentos durante o governo Geisel. Em 1974, quando Geisel assumiu a presidência, os EUA eram governados pelo republicano Richard Nixon. Entretanto Nixon já estava sob intensa pressão política devido ao escândalo de Watergate³ e se viu forçado a renunciar em nove de agosto de 1974 para não sofrer o processo de impeachment (WINGET, 2007, p. 66).

O então Vice-Presidente Gerald Ford assumiu a presidência e, em boa medida, seguiu a Política Externa de Nixon, tendo como Secretário de Estado Henry Kissinger (HODGE; NOLAN, 2007). O governo Ford evitou atritos com o Brasil na questão dos Direitos Humanos. Havia reivindicações de setores da sociedade estadunidense, apoiados por exilados brasileiros nos EUA, para incentivar o governo estadunidense para que esse, por sua vez, pressionasse o Brasil para que cessassem as torturas e abusos dos Direitos Humanos em geral (GREEN, 2009).

A questão energética era importante para o governo Geisel, já que as reservas de petróleo (naquela época) e de carvão eram consideradas limitadas e a energia hidrelétrica não poderia ser a única solução. Para Geisel, o Brasil precisaria desenvolver energia nuclear. O Brasil assinou em 1975 com a RFA o maior acordo de transferência de tecnologia nuclear entre um país do Primeiro

³ Watergate era o nome do edifício onde ficava o Comitê Nacional do Partido Democrata para as eleições de 1972 e que foi invadido por agentes a serviço do Partido Republicano, que estava espionando e foram presos. O escândalo foi tomando grandes proporções quando o envolvimento do Presidente Nixon em tentar abafar o caso se tornou patente, o que levou a sua renúncia.

Mundo e outro do Terceiro. Isso incluía a transferência de tecnologia para o enriquecimento de urânio e reprocessamento do lixo nuclear (CASTRO; D'AJARUJO, 1998, p. 239-304).

O Brasil, desde o final da Segunda Guerra Mundial, tinha interesse em desenvolver energia nuclear, devido às vastas reservas de urânio do país, o que não agradava os EUA, já que o Brasil não era signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (DAVIS, 1996, p. 199). O acordo com a Alemanha Ocidental não era do agrado dos EUA, pois temia-se que o Brasil desenvolvesse armas nucleares. Na fase inicial das conversações com a Alemanha Ocidental sobre o acordo nuclear, a pressão dos EUA foi formal e protocolar. O governo Ford fez tênue oposição ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e lentamente se afastava das ditaduras militares da América Latina. O apoio a essas ditaduras era muito impopular nos EUA naquele momento (GASPARI, 2004, p. 371).

O General Geisel utilizou-se da Política Externa para influenciar na política interna, surpreendendo e pressionando os seus inimigos políticos tanto à esquerda quanto à direita. O acordo nuclear com a Alemanha Ocidental foi saudado como positivo tanto por políticos mais à esquerda quanto por aqueles mais à direita. O caráter nacionalista e autonomista do acordo era capaz de unir diferentes forças do espectro político. Geisel recusou sucessivos convites para visitar os EUA, porque sabia que nem a direita nem a esquerda ficariam satisfeitos com essa visita e o general dava prioridade ao seu projeto de abertura e não queria suscitar problemas internos pela sua relação com os EUA

Mas esse cenário de moderada pressão dos EUA em torno do Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental se modificou com a eleição de Jimmy Carter em 1976. Carter representava um rompimento com a Política Externa de seus predecessores republicanos, pois acreditava que os EUA deveriam ter uma postura mais condizente com sua história de luta pela liberdade e democracia. O respeito pelos Direitos Humanos e a não proliferação de armas nucleares se tornaram prioridade na pauta da Política Externa estadunidense (HODGE; NOLAN, 2007). A oposição à Ditadura Militar brasileira migrou dos campi universitários dos Estados Unidos para o Congresso estadunidense, sendo que os acordos de cooperação militar com o Brasil e o apoio do governo dos EUA ao governo ditatorial brasileiro passaram a ser questionados.

Assim que Carter assumiu a presidência em 1977 enviou o vice-presidente Walter Mondale para Bonn com o intuito de pressionar a Alemanha Ocidental em relação ao acordo com o Brasil. (GASPARI, 2004, 384). Os militares brasileiros ficaram perplexos com a guinada da Política Externa estadunidense, que no início havia apoiado o golpe militar, mas que paulatinamente foi diminuindo seu apoio à ditadura militar brasileira e que com a eleição de Carter passara a denunciá-la de forma explícita (GASPARI, 2004, p. 374). Carter tentou pressionar comedidamente o Brasil para que esse acelerasse o seu processo de democratização, o que no cálculo do presidente estadunidense iria fazer com que o país abandonasse seu programa nuclear, ou o tornasse mais aceitável, e eliminaria as violações de Direitos Humanos – o estranhamento entre os dois países foi imediato (SPEKTOR, 2009, p. 157).

O governo Carter também fez pressão para que o Brasil respeitasse os Direitos Humanos e cessasse com a tortura de presos políticos. O assunto da violação dos Direitos Humanos no Brasil era explicado por Geisel como resultado da manipulação tendenciosa por parte da imprensa estrangeira e da Anistia Internacional. Evidentemente esse era um assunto que irritava muito Geisel e os militares, justamente por terem a impressão de que o Brasil fora escolhido como exemplo internacional (CASTRO; D'AJARUJO, 1998, p. 231).

A política de defesa dos Direitos Humanos foi assumida claramente por Carter como uma forma de afirmação política dos EUA sobre a URSS, isso daria uma proeminência moral dos EUA sobre a URSS, sendo uma política de baixo custo. Alguns militares brasileiros ficaram perplexos com a guinada da Política Externa estadunidense, que no início havia apoiado a ditadura militar brasileira e que com a eleição de Carter passara a denunciá-la de forma mais explícita. O Presidente Geisel estudava medidas para se contrapor a essa ingerência dos EUA e cogitou defenestrar o pessoal da comissão mista Brasil-EUA.

A pressão da sociedade estadunidense contra a ditadura brasileira vinha em um crescente desde o final dos anos 1960. O governo Carter trouxe essas pressões e reivindicações para dentro da Casa Branca. Ativistas dos direitos humanos como Brady Tyson e Andrew Young foram chamados para atuar no governo, suas declarações expressavam o hiato cada vez maior entre o governo dos EUA e os generais brasileiros.

As iniciativas políticas de denúncia à ditadura militar brasileira nos EUA foram fundamentais para inserir o tema dos direitos humanos na Política Externa estadunidense, fundamentalmente

durante os anos do governo Carter (GREEN, 2009, pág. 446). O governo Carter seguiu à risca a Emenda Harkin, que condicionava a ajuda econômica e militar dos EUA a outros países à apresentação de relatórios sobre a situação interna dessas nações, ou seja, o estado dos Direitos Humanos das nações receptoras da ajuda (DAVIS, 1996, p. 203).

O governo brasileiro ficou irritado ao saber desse dispositivo novo, que submetia a ajuda militar dos EUA a um relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil – e mais ainda ao saber que esse relatório poderia ser publicado pelo Congresso dos EUA. Esse foi o catalisador para a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos em 11 de março de 1977 (GASPARI, 2004, p. 385).

Segundo Green (2009, p. 448 e 449), o rompimento do acordo militar foi essencialmente simbólico e colocou a oposição ao governo ditatorial em uma situação contraditória, pois o governo que foi tantas vezes acusado de subserviência aos interesses estadunidenses, agora assumia uma postura contrária à política de Washington. O relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil entregue ao Congresso estadunidense foi catalisador para a denúncia do acordo militar.

3. A Denúncia do Acordo Militar Brasil-EUA

A orientação da Política Externa brasileira que se iniciou no segundo governo Vargas e continuou com os governos subsequentes atingiu a plenitude, paradoxalmente, sob a ditadura civil-militar, o que segundo Davis (1996, p. 188) reflete o desenvolvimento de uma indústria

bélica no país e o pragmatismo nas relações com outros países.

A guinada na política de não proliferação dos Estados Unidos durante o governo Ford e que se consolidou durante o governo Carter, fizeram com que os dois países tivessem sérias divergências nesse aspecto. Juntamente com essa questão, havia o problema das violações em Direitos Humanos por parte da ditadura brasileira. Com o início do Governo Carter, a questão dos Direitos Humanos e da não proliferação de armas nucleares foi colocado em primeiro plano na Política Externa estadunidense, o que não agradou em nada o Brasil e apenas fez com que os dois países entrassem em atrito, especialmente devido ao acordo nuclear entre o Brasil e a RFA.

As relações entre os dois países atingiram seu nadir no ano de 1977 (primeiro ano do governo Carter), com o Brasil denunciando o acordo militar com os Estados Unidos. Esse foi um gesto simbólico que demonstrava a insatisfação do governo brasileiro com as pressões que vinha sofrendo do governo estadunidense. Quando da visita do presidente Carter ao Brasil em 1978 as relações entre os dois países haviam se tornado estáveis, apesar de o presidente estadunidense ainda chamar a atenção para a questão dos Direitos Humanos e não proliferação

O acordo fora assinado em 1952 no rastro de uma negociação fracassada em que os EUA esperavam que o Brasil enviasse tropas para a Coreia. Alguns dispositivos de cooperação militar foram mantidos entre os dois países, todavia o acordo não era de grande importância naquele momento, pois nem o Brasil nem os EUA estavam ameaçados pela URSS. Ainda assim, houve uma repercussão importante na mídia, pois

era um ato de hostilidade para com os EUA (GASPARI, 2004, p. 385-389).

Em 10 de março de 1977 o Brasil publicou um documento sobre a posição adotada pelo Brasil a respeito da questão nuclear, em que explicava a validade do acordo nuclear com a Alemanha e o porquê da não adesão ao Brasil ao TNP, no dia seguinte o Brasil denunciou o acordo militar com os EUA; outros países da América Latina também renunciaram ajuda militar dos EUA no mesmo período, fazendo da Europa Ocidental a principal fornecedora de armamentos para a América Latina. Após a denúncia do acordo militar, nos meses subsequentes a pressão dos EUA para que a RFA e/ou o Brasil rompessem o acordo nuclear se amainou; em junho o Chanceler Silveira anunciou o fim das pressões sob o acordo nuclear, pois o presidente Carter teria admitido que não havia como fazer o Brasil e a RFA mudarem seus posicionamentos (BARRETO, 2006, p. 267-268).

Depois do fim do acordo militar as relações entre militares dos dois países continuaram sólidas e o Brasil continuou ligado aos EUA em termos de defesa hemisférica e formação de oficiais, todavia as relações de governo para governo sofreram desgaste durante a segunda metade dos anos 1970. Ainda que as relações militares entre Brasil e EUA permanecessem cordiais, eram bem diferentes das relações de décadas anteriores.

Em 1977 o Acordo Militar já não funcionava da mesma forma que em anos anteriores, já havia perdido muito de sua importância, assim não foi tão impactante sua denúncia nas relações entre os dois países, tampouco encerrou as relações militares entre os dois países, mas agora adaptada à nova realidade internacional e nacional dos dois países.

Na prática o acordo militar já não estava mais em pé, sendo que o Brasil recusou todas as outras formas de auxílio militar estadunidense. O acordo foi denunciado pelo Brasil seguindo a justificativa de que uma decisão interna do congresso estadunidense de modificar os termos do acordo era contra a ordem jurídica internacional, já que os acordos não estão sujeitos a situação política interna de cada país. Para o Chanceler brasileiro a época, Azeredo da Silveira, a denúncia do acordo foi salutar para a altivez brasileira, especialmente das Forças Armadas, que passaram a impressão de maior independência e soberania. A denúncia do acordo militar foi mais simbólica do que qualquer outra coisa (SPEKTOR, 2010, p. 175-178).

Conclusão

Os militares ficaram frustrados com a falta de cooperação dos EUA nos projetos de desenvolvimento brasileiro, em especial na falta de apoio ao programa nuclear brasileiro, isso despertou um sentimento nacionalista mais intenso que passou a questionar a política de alinhamento com os EUA. A nova legislação aprovada durante o governo Carter tornava mais difícil a exportação de tecnologia nuclear para países como o Brasil – que não era signatário do TNP. Após o abalo das relações entre os dois países no início do governo Carter, as relações entre o Brasil e os EUA continuaram em baixa sintonia política durante o governo Figueiredo, com a rejeição de algumas propostas e pressões estadunidenses (HIRST, 2009, p. 48-50).

Pode-se concluir que as relações Brasil-Estados Unidos durante o governo Ford no que tange a questão nuclear foram turbulentas, tendência que se agravaria durante o governo Carter. Inicialmente o governo Ford seguiu a orientação que vinha sendo adotada pelo governo

Nixon, na qual os Estados Unidos tinham uma postura mais branda sobre a proliferação nuclear. Não se considerava uma estratégia eficiente que Washington pressionasse outros países sobre seus programas nucleares.

O teste nuclear indiano de 18 de maio de 1974 veio a alterar esse quadro, bem como o acordo nuclear Brasil-RFA em 27 de junho de 1975. A crescente pressão no Congresso e entre a opinião pública forçava o executivo estadunidense a dar uma resposta mais firme a essas ameaças (ao menos como era vista pelos seus críticos) à não proliferação nuclear. No ano de 1976, à medida que a eleição presidencial se aproximava, Ford e Kissinger adotaram uma postura mais firme e combativa sobre a proliferação nuclear e exigiram mais salvaguardas ao acordo Brasil-RFA, tentando até mesmo embargá-lo; antecipando a postura que se veria com Jimmy Carter na presidência.

O Brasil e os EUA cooperaram em várias ocasiões, mas também divergiram em muitas ocasiões, especialmente na medida que as relações entre os dois países se tornaram menos simbióticas. É um erro pensar que a “Irmandade de Armas”, expressão de Davis (1996, p. 217) entre o Brasil e os EUA tivesse proeminência sobre interesses nacionais e institucionais – isso explica o pragmatismo e os atritos dentro da aliança militar entre esses gigantes hemisféricos.

A capacidade de os militares estadunidenses influenciarem os militares brasileiros e incentivarem a sua participação na política era limitada, já que muitos oficiais brasileiros compartilhavam dos pontos de vistas de oficiais estadunidenses, sem a influência dos últimos, dessa forma os militares estadunidenses que ensinavam e davam cursos no Brasil, falavam para um

público militar, em grande parte, já adepto de muitas ideias que eram expostas.

O Brasil e os militares brasileiros evoluíram ao longo do pós-guerra e se distanciaram mais dos EUA, dependendo cada vez menos daquele país no suprimento de armamentos e treinamento, ainda que a relação entre as Forças Armadas dos dois países continue íntima. A modernização do Brasil e de suas Forças Armadas tornou possível a denúncia do Acordo Militar, sem maiores perturbações em 1977.

Referências

BARRETO, Fernando de Mello. **Os Sucessores do Barão (1964-1985)**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2008.

DAVIS, Sonny. **A Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations (1945-1977)**. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

FALCÃO, Armando. **Geisel: do tenente ao presidente**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.

FERRAZ, Francisco César A. **À Sombra dos Carvalhos: escola superior de guerra e política no Brasil (1948-1955)**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GÓES, Walter de. **O Brasil do General Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

GREEN, James N. **Apesar de Você: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HIRST, Monica. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

HODGE, Carl C.; NOLAN, Cathal J. **U.S. Presidents and Foreign Policy: from 1789 to the present**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2007.

LOHBAUER, Christian. **Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)**. São Paulo: Ed. USP, 2000.

MCCANN, Frank D., **A Nação Armada: ensaios sobre a História do Exército Brasileiro**. Recife: Ed. Guararapes, 1982.

MELO, Demian B. "Ditadura 'Civil-Militar': controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente". **Espaço Plural**, ano XIII, N° 27, 2º semestre, p. 39-53, 2012.

MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos T. da (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Ed. UEM, 2011;

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. **História das relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008 (2 volumes).

SKIDMORE, Thomas E. **The Politics of the Military Rule in Brazil (1964-1985)**. New York: Oxford University Press, 1988.

SPEKTOR, Matias (Org.). **Azaredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

STUMPF, André Gustavo; PEREIRA FILHO, Merval. **A Segunda Guerra: sucessão de Geisel**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

WINGET, Mary Mueller. **Presidential Leaders: Gerald R. Ford**. Minneapolis: Twenty-first Century Books, 2007.

Recebido em 2015-06-16
Publicado em 2016-03-13